

# Marxismos, feminismos, *queer* e sexualidades – Parte I

## Apresentação: debates e controvérsias atuais\*

MAIRA ABREU\*\* E BÁRBARA CASTRO\*\*\*

Stuart Hall afirmava nos anos 1980 que a teoria marxista permanecia sendo o “principal polo de oposição do pensamento social burguês” (Hall, 1996 [1983], p.25). Desde a segunda metade do século XIX, o marxismo é fonte de conceitos e instrumentos teóricos para pensar diversas formas de opressão e dominação. Uma série de movimentos sociais serviu-se do marxismo, ainda que de forma crítica e seletiva, para teorizar e pensar uma superação do *status quo*. Em um contexto de crise do neoliberalismo e de avanço de forças conservadoras no Brasil e em diversos países do globo – que elegeram como suas pautas-chave questões de gênero e sexualidade –, quais são as respostas que o marxismo pode oferecer?

O objetivo deste dossiê não é trazer respostas, mas levantar questões. Procurando fugir de esquematismos e soluções prontas, típicos de um certo funcionalismo que insiste em ressaltar a *função* das “opressões” para a manutenção do sistema capitalista, buscamos trazer algumas reflexões, oriundas de diferentes horizontes teóricos, marxistas ou em diálogo estreito com essa teoria, com o objetivo de propor ferramentas que contribuam para a nossa reflexão neste momento particularmente crítico.

\* Agradecemos a Regina Facchini pelas indicações dos textos sobre sexualidade em suas aproximações sobre o debate de classe que compõem a apresentação deste dossiê, e a Carolina Parreiras pela leitura crítica do texto e pelas indicações de leituras que permitiram o refinamento de alguns argumentos.

\*\* Pós-Doutoranda em Sociologia pela USP. E-mail: mairabreu@yahoo.com

\*\*\* Professora do Departamento de Sociologia da Unicamp. E-mail: bacastro@gmail.com

Nos últimos anos, no Brasil, vê-se um maior interesse de jovens pesquisadoras(es) marxistas tanto no sentido de incluir o tema da sexualidade em seus trabalhos quanto no de propor aproximações possíveis entre o marxismo e o feminismo pós-estruturalista de Judith Butler e/ou da teoria *queer*. Ao mesmo tempo, há uma larga produção nos estudos de sexualidade no país que tem trabalhado com a categoria de classe social – ainda que a partir de uma perspectiva não marxista, ou não teorizada enquanto tal.

Selecionamos os textos traduzidos neste dossiê à luz dessas agendas de pesquisa e do crescente interesse em aproximar as perspectivas marxistas das feministas pós-estruturalistas ou *queer*. Trata-se tanto de textos de autoras(es) marxistas que começaram a ser produzidos na segunda metade da década de 1990 nos Estados Unidos (Alan Sears, Kevin Floyd e Cinzia Arruzza), quanto de feministas materialistas francesas que tematizam a questão da sexualidade (Jules Falquet) ou que mobilizam essa literatura anglo-saxã para repensar o feminismo materialista francês (Gianfranco Rebutini e Sophie Noyé).

Antes de apresentar esses textos, que serão publicados em duas partes, convidamos as leitoras e os leitores desta *Crítica* a uma breve apresentação sobre os encontros e desencontros entre marxismo, feminismo e sexualidade – que decerto não são recentes. Nosso esforço é o de situar historicamente as movimentações políticas atuais e essa agenda de pesquisa que ora parece ganhar novo fôlego no debate acadêmico.

## Os encontros e desencontros entre marxismo, feminismo e sexualidade

No século XX, amplos setores dos movimentos feministas e dos hoje chamados LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais)<sup>1</sup> surgem no seio da esquerda e têm no marxismo se não uma referência de base, ao menos um interlocutor privilegiado, particularmente a partir dos anos 1960. Embora hoje possa parecer evidente, ou ao menos desejável, que tanto na teoria quanto na prática a ideia de revolução socialista envolva a transformação das relações sociais que engendram outras formas de dominação e opressão que não as de classe, essa ideia não é tão óbvia como pode parecer. A incorporação dessa ideia foi resultado de lutas e embates teóricos e políticos que remontam ao século XIX.

A “questão feminina” foi tematizada desde esse período por autores marxistas. Alguns livros se tornariam clássicos: *A questão feminina e o socialismo*, de August Bebel; *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels; além de diversos livros reunindo artigos de Alexandra Kollontai e de Clara Zetkin, para citar aqui somente aqueles(as) autores(as) que não caíram no esquecimento. Outros

---

1 A forma de nomear o movimento variou muito, historicamente e de país para país. No Brasil, segundo Simões e Fachini (2009), até 1992 o termo mais usado era “movimento homossexual brasileiro”. As lésbicas são incorporadas na sigla a partir de 1995. A sigla continua sofrendo modificações. Usamos nesta introdução LGBTT cientes de que a mesma ainda é objeto de redefinições.

tantos textos estão dispersos em jornais, brochuras, documentos de congresso, um tipo de material que dificilmente ganha posteridade. A crítica à família burguesa e a necessidade de “incorporação das mulheres na produção social” são alguns dos temas evocados. Não é sem razão que muitos socialistas e comunistas foram acusados de defender o fim da família. É de Charles Fourier a ideia, depois reproduzida por Marx, de que “o grau de emancipação da mulher numa sociedade é o barômetro natural com que se mede a emancipação geral”. Considerando o nível de subordinação feminina como o antônimo de uma emancipação geral, Fourier, assim como Engels, promovia uma crítica consistente à posição da mulher na sociedade capitalista.

Em relação à sexualidade, embora seja uma história pouco conhecida, pode-se encontrar uma abertura, ainda que limitada, dentro do movimento socialista para promover alguns debates e pautas. Vale lembrar que alguns dos pioneiros na luta pela despenalização da homossexualidade faziam parte de círculos socialistas. Para muitos daqueles que propunham uma “revolução sexual”, essa não deveria estar desvinculada de uma revolução social mais ampla. Em 1816, Charles Fourier, autor de *Nouveau monde amoureux*,<sup>2</sup> se perguntava se a cultura revolucionária não seria indissociável de uma revolução sexual. Esse tema também foi objeto de reflexões e propostas políticas para outros “socialistas utópicos”, como o saint-simoniano Barthélemy Prosper Enfantin. Do mesmo modo, em diversos círculos anarquistas o “amor livre” foi tematizado e praticado.<sup>3</sup> Magnus Hirschfeld, fundador da Liga Mundial pela reforma sexual nos anos 1920,<sup>4</sup> era membro do SPD alemão. Dois outros pioneiros nesse campo, os ingleses Havelock Ellis e Edward Carpenter, também eram socialistas.<sup>5</sup> É August Bebel, por influência de Hirschfeld, que apresenta um projeto para despenalizar a homossexualidade na Alemanha em 1898. No contexto da Revolução Russa, a homossexualidade é despenalizada, o aborto, legalizado e o divórcio, permitido. Esses exemplos esparsos são, é claro, meramente ilustrativos.

Mas essa é somente uma das facetas dessa história. Prochasson (2005) identifica duas principais tendências sobre a “moral sexual” na esquerda na França, mas que também pode ser válida para outros países. Uma primeira seria favorável à libertação sexual, na linhagem de Fourier e dos saint-simonianos. Uma segunda alertava para os riscos da “libertinagem”, que seria um veneno inoculado

2 Para maiores informações, ver, por exemplo, Bozon (2005).

3 Há uma grande discussão nos meios anarquistas sobre o tema desde o século XIX. Emma Goldman, uma ativista anarquista que viveu no início do século XX, produziu textos sobre casamento, amor livre e homossexualidade. No recém-lançado livro de Clare Hemmings, *Considering Emma Goldman: Feminist Political Ambivalence and the Imaginative Archive*, a autora destaca as temáticas de raça, gênero e sexualidade em seus textos e defende que sua contribuição ao pensamento feminista ajuda a formular uma nova práxis feminista *queer*.

4 Para uma história dessa importante organização, ver Tamagne (2005).

5 Sobre esses dois autores, ver Weeks e Rowbotham (1978).

pela “burguesia em decomposição”, e se posicionava contra a emancipação das mulheres e de modo conservador em relação a diversas outras questões “morais” (Prochasson, 2005, p.672). Em muitos contextos, é esta segunda tendência que ganhou maior popularidade, como afirma a historiadora Michele Perrot (2005).

A despeito do pioneirismo de algumas dessas análises e reivindicações, ainda que elas reconhecessem a relevância da questão, teoricamente a tratavam como secundária em relação à luta de classes. A “questão feminina” era considerada secundária e sua superação estaria diretamente vinculada (de forma quase automática) à destruição do sistema capitalista.

É em grande medida a partir da década de 1960 que novas reflexões e teorias emergem, refutando essa subordinação. Os anos 1960-1970 foram palco do que ficou conhecido como “segunda onda” do feminismo. Em países como a França, o *mouvement de libération des femmes* era parte da esquerda, ou da “extrema esquerda”, como afirma Françoise Picq (2011), e suas reflexões se constituíram em debate permanente com o marxismo que era, como afirmava Monique Wittig, “a ciência que nos formou politicamente” (1980, p.81, tradução nossa), ainda que essa relação não tenha sido isenta de conflitos.

Em diversos outros países, incluindo os Estados Unidos, uma grande parcela do movimento feminista do final dos anos 1960 e início dos 1970 propunha uma radicalização das lutas de esquerda, não somente para os setores identificados como “socialistas” ou “marxistas”, mas também para parte das “feministas radicais”, ainda que essa história seja pouco conhecida. Shulamith Firestone, uma das mais conhecidas feministas estadunidenses dessa “corrente”, defende um “socialismo cibernético” como parte das transformações necessárias para uma revolução feminista (Firestone, 1976 [1970]). Kate Millet se refere à necessidade de uma “revolução cultural” que, “acarretando obrigatoriamente este processo de reorganização econômica e política implicado nos termos ‘revolução’, deve, igualmente, ir mais longe que isso” (Millet, 1971, p.393). Como afirma Gayle Rubin, “há um imenso legado marxista no feminismo, e o pensamento feminista tem uma grande dívida com o marxismo” (Rubin, 2003, p.158); por essa razão, ressalta a autora, “não é possível compreender plenamente este momento do feminismo sem entender a relação estreita, embora conflituosa, com a política da *new left* e com o pensamento intelectual marxista” (Rubin, 2003, p.158).

Sheila Rowbotham, feminista inglesa, ressalta, como diversas outras autoras, como “os imperativos do feminismo” exigiram naquele momento uma renovação do marxismo (Rowbotham; Segal; Wainwright, 1981 [1979], p.59). Novos conceitos emergiram para nomear o que não era dizível nos termos já colocados, novas formas de se elaborar teoricamente antigos e novos “problemas”. Procurando sair de um eterno “retorno a Engels”, essa literatura produziu aportes fundamentais para inserir o pensamento feminista de esquerda em outro patamar.

Diversos conceitos e definições são questionados, como, por exemplo, as equações que associavam termo a termo “capitalismo” e “exploração”, “explora-

ção” e “conflitos do trabalho”, e que operavam, dessa forma, a partir de uma série de reduções: “trabalho = trabalho assalariado; exploração = exploração salarial; emancipação = superação da contradição capital/trabalho” (Galerand; Kergoat, 2014). Outras noções foram duramente criticadas, como a ideia de contradição principal e secundária (que criava uma hierarquia entre luta principal e lutas secundárias), estas últimas muitas vezes apresentadas como algo “ideológico”, “superestrutural” ou, para retomar aqui o título de um artigo mais recente de Judith Butler no qual esses debates reverberam, “meramente cultural”.<sup>6</sup> Para nos determos somente num exemplo, uma das principais críticas endereçadas a Juliet Mitchell, feminista inglesa que escreve um texto pioneiro em 1966, é que o seu conceito de patriarcado seria concebido em termos simplesmente ideológicos. Diversas foram as tentativas teóricas para tirar do plano “superestrutural” a opressão feminina, dando-lhe uma “base material” que não se confundisse com as relações de classe. Christine Delphy, entre outras autoras, procurava mostrar que a opressão não era meramente um aspecto “superestrutural”, mas material (daí a ideia de um feminismo materialista).<sup>7</sup>

Muita tinta correu nos anos 1960-1970 procurando articular marxismo e feminismo. Uma série dessas reflexões encontra-se esquecida em revistas feministas marginais e jornais militantes de pouca divulgação, mas uma parte do debate ganhou a forma de livros e artigos de grandes publicações como *New Left Review*, *Monthly Review* e *Capital & Class*.

No Brasil, uma produção desse tipo só ganharia corpo posteriormente, dado o contexto ditatorial. Mas podemos encontrar alguns textos que tematizavam a questão. Em 1966, a revista *Civilização Brasileira* publica “Mulheres: a revolução mais longa”, de Juliet Mitchell, que originalmente havia saído em 1966 na revista *New Left Review*. Um feminismo de influência marxista tem sua própria história no Brasil e um de seus marcos é decerto o livro de *A mulher na sociedade de classes* (escrito entre 1966 e 1967 e publicado em 1969), de Heleieth Saffioti, bem como outros títulos da mesma autora lançados posteriormente.

Um movimento de caráter público toma corpo sobretudo a partir de 1975. É no interior da esquerda, tomada aqui em sentido amplo, que germinam as ideias feministas, como afirmam diferentes autoras.<sup>8</sup> Para Albertina Costa: “A evolução do movimento feminista no Brasil só poderá ser plenamente entendida quando for adequadamente situada no contexto da história dos partidos de esquerda e dos

6 O artigo “Meramente cultural” foi publicado em 1996 na revista *Social Text* e é resultado de sua fala em uma conferência marxista organizada pela revista *Rethinking Marxism*. Nele, Judith Butler responde às críticas de que seu trabalho se preocupava apenas com questões meramente culturais e convoca Nancy Fraser para o debate. Esta lhe responde um ano depois, em um artigo publicado na *New Left Review*. Os dois artigos foram traduzidos para o dossiê “Diálogos na teoria crítica (parte I e parte II)” da revista *Ideias* (v.7 e 8, n.1 e 2, 2016/2017), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

7 Para maiores informações, ver Abreu (2018).

8 Ver, entre outras, Telles (2017), Moraes (1990) e Sarti (2004).

dilemas enfrentados pela intelectualidade de esquerda” (Costa, 2008 [1988], p.71). Mas, tal como aconteceu em diferentes contextos, as feministas tiveram de se impor diante de organizações que consideravam esse movimento pequeno-burguês e fator de divisão da classe operária. Além disso, o feminismo foi percebido por alguns(mas) como uma pauta de países de capitalismo avançado, inapropriado para o contexto brasileiro.

No final dos anos 1970 e início dos 1980, com a abertura política, a anistia e a volta de alguns(mas) exilados(as) brasileiros(as), o país presencia uma efervescência política na qual o movimento feminista será um elemento importante. Surgem grupos, jornais e discussões em diferentes espaços em torno da pauta feminista. Revisitar as páginas dessa história e retomar os intensos debates desse período de grande efervescência política e teórica foge ao escopo deste trabalho, embora alguns dos seus questionamentos apareçam, ainda que sob outras roupagens, nos debates mais atuais. O que hoje chamamos de LGBTQ+ também surge no bojo desse caldo de cultura de esquerda e em relação estreita com o movimento feminista e outros movimentos que marcaram a efervescência política dos anos 1960 e parte da década de 1970. *Eros e civilização*, de Herbert Marcuse, e livros como *A revolução sexual*, de Reich, autores enquadrados por alguns na categoria de “esquerda freudiana”, foram uma influência importante para movimentos e teorizações no campo da esquerda que emergiram nos anos 1970. A ideia de “mais-repressão” em oposição à “repressão socialmente necessária”, assim como a ideia de dessublimação repressiva de Marcuse, foi um conceito apropriado por muitos movimentos nesse campo.<sup>9</sup> O nome de alguns grupos e jornais, como *Gay Left*, *Gay Marxist* (Inglaterra), *Comité d’Action Péderastique Révolutionnaire*, *Front Homosexuel d’Action Révolutionnaire* (França), são fortes indícios sobre a posição destes no espectro político.

Algumas das primeiras teorizações sobre a sexualidade em termos construtivistas tiveram contribuições de militantes socialistas como Jeffrey Weeks e Mary MacIntosh. O primeiro era um dos editores de *Gay Left: a Socialist Journal Produced by Gay Men*, lançado em 1975, que pretendia “contribuir com uma análise marxista da opressão homossexual” enfatizando a estreita relação entre “luta contra a opressão sexual e luta pelo socialismo” (n.1, outono 1975). Mary MacIntosh é autora do texto “The Homosexual Role”, publicado em 1968 e considerado marco fundador para uma perspectiva construcionista da homossexualidade. Ela foi uma das idealizadoras da revista *Feminist Review*, que se reivindicava feminista socialista em seus primeiros anos.

É preciso ressaltar que, apesar dos inúmeros encontros frutíferos, também muitos foram os desencontros. Longe de uma história idílica, a relação entre o

---

9 Ver o guia de leitura “Queer Marxism”, de Peter Drucker, publicado no blog da *Historical Materialism*. Disponível em: <<http://www.historicalmaterialism.org/index.php/reading-guides/queer-marxism-peter-drucker>>.

movimento socialista, a teoria marxista e essas pautas e movimentos foi marcada por críticas violentas, conflitos e rupturas. Se muitas(os) militantes feministas, gays e lésbicas eram oriundas(os) desse campo, a aceitação dessas pautas e sua incorporação significaram um processo lento e que está, em alguns casos, ainda em andamento. Se os exemplos de “desencontros” são mais abundantes no século XIX – ver, por exemplo, a misoginia nos escritos de Proudhon, a condenação do trabalho feminino fora do lar por parte de alguns setores socialistas –, diversos eventos mostram que parte de setores de esquerda se recusou a incorporar o feminismo ou pautas ligadas à sexualidade na segunda metade do século XX. A perseguição a homossexuais em Cuba e a postura de diversos partidos de esquerda nos anos 1960 e 1970 ante a ascensão do movimento feminista e do que era chamado de movimento homossexual são algumas facetas dessa história. Exemplos muito pontuais, mas elucidativos, são, por exemplo, declarações de militantes comunistas, como a de um membro do Partido Comunista Francês (PCF) em vista da tentativa do *Front Homosexuel d'Action Révolutionnaire* de participar do 1º de maio de 1972: “A homossexualidade ou as drogas não têm nada a ver, e nunca tiveram, com o movimento operário (apud Girard, 2008, p.423). Para o caso brasileiro, temos os relatos de Herbert Daniel (1982), homossexual, militante de esquerda e exilado.

No Brasil, nesse mesmo contexto, o modelo de família e de sexualidade era alvo de crítica de setores da esquerda e uma certa “liberação sexual” foi vivida por muitos militantes. Mas, como lembram muitos(as) deles(as), essa não era uma questão politizada nas organizações da época. Como afirmava João Quartim de Moraes num texto de 1979, havia uma “forte dose de conformismo a respeito da dimensão social da vida sexual” na esquerda brasileira (Moraes, 1979, p.179).

No final dos anos 1970 surgem, não sem conflito, as primeiras iniciativas de organização de homossexuais.<sup>10</sup> MacRae (1990) explica que as reuniões clandestinas de homossexuais já eram bastante comuns nos anos 1970, mas é apenas em 1978 que grupos de indivíduos passam a se declarar homossexuais em público.<sup>11</sup> Dois anos antes, no entanto, João Silvério Trevisan já buscava estabelecer um primeiro grupo de debates sobre a homossexualidade. O grupo, cuja participação oscilava entre cinco e dez pessoas, redigiu um artigo que foi publicado no jornal *Somos*, da Frente de Libertação homossexual da Argentina, que acabou dissolvido diante da preferência dos membros do grupo pela política partidária. Em 1977, o jornalista Winston Leyland, que editava o jornal norte-americano *Gay Sunshine*, visita o Brasil em busca de material para sua próxima publicação. Nesse contexto, ele reúne jornalistas e intelectuais brasileiros (especialmente do Rio de Janeiro e de São Paulo) que, mais tarde, viriam a editar o periódico *O Lâmpião da Esquina*,<sup>12</sup>

10 Para um panorama da história do movimento, ver Simões e Facchini (2009).

11 Houve, segundo MacRae (1990), algumas tentativas, dispersadas pela polícia, de convocar congressos de homossexuais no Rio de Janeiro em 1976 e 1977.

12 James Green (2000) mostra que havia uma produção de imprensa “caseira” homossexual anterior à publicação do *Lâmpião*, concentrada nas décadas de 1960 e 1970.

que circulou entre 1978 e 1981 e deu origem ao grupo Somos-SP, fundado em 1978 a partir de um convite que o *Lampião* recebera para participar de uma semana de debates sobre “o caráter dos movimentos de emancipação” na USP. O grupo se batizou seguindo a já citada frente argentina. O grupo Somos-SP é considerado o primeiro movimento organizado homossexual brasileiro.<sup>13</sup> Também no Brasil, as tensões com a militância de esquerda e a política partidária são constitutivas dessa história. Como exemplo, podemos citar o episódio relatado por MacRae (1990). Num evento de 1978 da Convergência Socialista, que visava fundar o Partido Socialista Brasileiro e reunia representantes da imprensa alternativa, houve um boicote ao jornal *Lampião*, o que levou a um debate interno na Convergência e a um posterior reconhecimento de negros, mulheres e homossexuais como “minorias” que deveriam ser apoiadas (p.97-99). Essa integração será feita por diversas organizações de esquerda, em ritmos diferentes, ao longo dos anos 1980, a ponto de essas pautas serem consideradas como essencialmente de esquerda.

É também nesse contexto de abertura que alguns textos sobre sexualidade são veiculados. Um exemplo é *Sexo e poder*, organizado por Guido Mantega e publicado em 1979. O livro fazia uma reflexão sobre a sexualidade à luz da abertura política pela qual o país passava e alertava para o fato de que “a ‘moral’, os ‘bons costumes’ e principalmente os ‘maus’” ainda era questão de Estado, pois se colocava como “uma ameaça à segurança nacional e um risco à ordem e manutenção da família” (Mantega, 1979, p.7). Os textos são influenciados pela produção de Herbert Marcuse e colocam em debate Freud, Reich e, no caso do artigo de Mantega, Michel Foucault, que tinha sido recentemente traduzido no país. Sob a influência desses autores, o conjunto de textos buscava defender a ideia de que a repressão à sexualidade não dependia do autoritarismo fardado, podendo se dar à luz do dia e “ser sutil, invisível; estar incorporada em cada indivíduo, mesmo nas sociedades de aparência mais democrática [...]. O autoritarismo e a repressão sexual mais eficazes não são vistos a olho nu” (Mantega, 1979, p.7).

A academia segue a preocupação com a desigualdade social que se imbrica com a experiência de ser homossexual.<sup>14</sup> Isso diferenciaria nossa produção acadêmica daquela empreendida no contexto estadunidense. Sergio Carrara e Júlio Simões

13 Regina Facchini (2005) utiliza essa denominação para definir “o conjunto de associações, organizações e grupos do movimento social”, que observou em sua pesquisa de campo e que se autodenomina como movimento homossexual brasileiro (MHB). Para saber mais sobre o grupo Somos-SP, ver Edward MacRae (1990) e James Green (2000). Para um panorama das movimentações desse período e dos anos seguintes, ver Simões e Facchini (2009).

14 O texto “Homossexualidade e repressão”, publicado no supracitado livro organizado por Guido Mantega, é registro de uma mesa-redonda coordenada por Flávio Aguiar com membros do grupo Somos-SP. Nele, há um alerta sobre a desidentificação das pessoas que se declaram homossexuais e participavam do debate devido às consequências políticas, econômicas e sociais que a revelação de seus nomes poderia causar: “Os participantes, excetuando-se o coordenador presente, identificaram-se apenas pelo primeiro nome para evitar possíveis represálias nos seus empregos ou contra seus direitos de cidadãos” (Mantega, 1979, p.139).

(2007) defendem que os estudos sobre sexualidade no Brasil sempre estiveram atentos, desde os anos 1970, às hierarquias sociais:

Com efeito, se mesmo os mais compreensivos resenhadores das tradições socioantropológicas anglo-americanas de estudo da sexualidade nos anos 1960 e 1970 criticam nelas a pouca atenção conferida às estruturas institucionais e a ausência de uma análise abrangente sobre poder e desigualdade, não se pode dizer que tais temas e questões estivessem fora do horizonte da reflexão que vimos focalizando. (Carrara; Simões, 2007, p.86)

Exemplo disso seria o texto “Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil”, de Peter Fry, cujo primeiro esboço, de 1974, formou o campo de estudos de sexualidade no Brasil. No artigo, ele defende que a emergência de um modelo igualitário<sup>15</sup> para se referir à homossexualidade no Brasil se relaciona com a construção da identidade das classes médias e altas brasileiras, que produz, também, novas identidades para a mulher nesse período.

Não se tratava claramente de uma definição marxista de classe, mas seu texto inaugural apontava para uma preocupação com as distintas formas de experiência da sexualidade a partir do lugar que os indivíduos ocupavam na estrutura social – ou melhor, levava-nos a pensar sobre como gênero e sexualidade também produziam certa experiência de classe. Como ressalta Roberto Efreim Filho (2017), em muitos estudos que promovem uma historicização das relações de gênero, sexualidade e racialização, “não raramente a ‘classe’ é tomada como um dado a-histórico”, o que teria consequências graves, pois o conceito deixaria de conter o sentido de conflito e adquiriria uma noção de estratificação ou de capital simbólico, sob a influência de Bourdieu. O autor atribui o desaparecimento do sentido de conflito a uma “rejeição apriorística ao marxismo [que] engendrou o apagamento, em parte significativa dos estudos de gênero e sexualidade, de abordagens interessantes sobre as relações de classe” (Efreim Filho, 2017, p.50).

Como mencionado acima, a incorporação de reflexões sobre desigualdade nos estudos sobre sexualidade e gênero não implica necessariamente mobilizar classe em um sentido marxista. Mas pode-se considerar, apesar disso, que pensar em termos de estratificação representa um avanço diante de perspectivas que escamoteavam ou silenciavam o debate sobre desigualdade social articulado à experiência da sexualidade.

---

15 Carrara e Simões explicam que, para Fry, há diferentes taxonomias sobre homossexualidade articuladas às classes sociais. Fry defendia que os discursos sobre as práticas homossexuais se dividiriam entre um modelo hierárquico, isto é, que hierarquiza sexualidades hetero/homo como normais/anormais e/ou classifica os homossexuais entre ativos e passivos a partir de uma confusão entre papéis de gênero e sexualidade; e um modelo igualitário “de construção de identidades e categorias sócio-sexuais, mediadas pelo modelo médico-psicológico” (Carrara; Simões, 2007, p.70-71).

Ao ressaltar a rejeição ao marxismo, Efreim Filho (2017) faz referência a um movimento mais geral de refluxo da esquerda e do marxismo não só no Brasil, mas no mundo. Seguindo um movimento mais geral de refluxo da esquerda e do marxismo, amplas parcelas dos movimentos feministas e homossexual dos anos 1980 e, particularmente, dos anos 1990 se aproximam de outros ideários políticos e teóricos. Muitas reflexões influenciadas pelo pós-estruturalismo<sup>16</sup> ganham espaço, levando a uma “progressiva e sistemática desconfiança em relação a qualquer discurso totalizante” nas ciências sociais e humanas (Holanda, 1994, p.9), assim como à ideia de que “as classes sociais não são categorias ontológicas pertinentes” (Lyotard apud Anderson, 1999, p.40). Para Nancy Fraser, caberia aos historiadores um dia explicar “como as forças neoliberais conseguiram, ao menos por um tempo, desativar as correntes mais radicais do feminismo da segunda onda” (Fraser, 2012, p.6). O mesmo pode ser dito, de alguma forma, para os movimentos que hoje chamamos de LGBTT. Cabe mencionar que, na década de 1980, há um refluxo nos grupos de militância homossexual por conta da epidemia da HIV/aids, que deixa um “rastro de intolerância, violência e morte” (Simões, 2005, p.13).

Mas a incorporação dessas teorias não foi evidentemente uma unanimidade. Jane Flax alertava, no final dos anos 1980, para a “falta de atenção quanto às relações sociais concretas (inclusive a distribuição do poder)”, o que resultaria no obscurecimento das relações de dominação (Flax, 1991 [1987], p.233). Mesmo aquelas que reconheciam a pertinência de algumas críticas “pós-modernas” consideravam que “estas vão muito longe na forma de fragmentar questões de identidade e de poder, o que enfraquece consideravelmente suas análises das relações de gênero” e negligenciariam igualmente o contexto social das relações de poder (Walby, 2016, p.59). Muitas alertavam para os riscos desmobilizadores dessas teorias. O feminismo foi acusado de essencializar a categoria “mulher”, que precisava ser problematizada e, para algumas, abandonada. Parte dessas críticas foi encarada por alguns setores como algo que conduziria a uma apatia política. “O que podemos exigir em nome das mulheres se ‘mulheres’ não existem e as exigências em seu nome simplesmente reforçam o mito de que elas existem?”, perguntava-se Linda Alcoff no final dos anos 1980 (Alcoff, 1988, p.42).

A teoria *queer* emerge justamente nesse momento e na esteira desse tipo de crítica. Como não se trata de uma perspectiva muito debatida no círculo marxista no Brasil, cabem aqui alguns comentários. *Queer* é um termo polissêmico: “Há muitas definições sobre o que seriam a teoria, os estudos, para não falar da política *queer*” (Miskolci; Simões, 2007, p.9). Usada originalmente como insulto homofóbico para caracterizar pessoas que não se enquadravam nas normas de gênero, a terminologia foi empregada inicialmente pelos movimentos sociais e só depois chegou à academia. No contexto acadêmico, sua aparição data de 1991, em uma

<sup>16</sup> Sobre a definição de pós-estruturalismo e pós-modernismo, ver Varikas (1993) e Butler (1998).

introdução que Teresa de Lauretis escreveu para um dossiê da revista *Differences* de 1991. A autora usa *queer* para se contrapor à expressão “lésbica e gay” ou “gay e lésbica”. O termo *queer* deveria servir “para evitar as sutis distinções nos nossos protocolos discursivos: não tanto para impedir a adesão a um ou outro desses termos ou assumir seu peso ideológico, mas mais para transgredi-los e transcendê-los ou, ao menos, torná-los problemáticos” (De Lauretis, 2007, p.100, tradução nossa). Para De Lauretis, as identidades “gays” e “lésbicas” tenderiam a homogeneizar as diferentes identidades sexuais, contribuindo para renaturalizar o binarismo homossexual/heterossexual. Essa crítica à essencialização é um dos elementos importantes do que é chamado de *queer*.

Dois textos considerados fundadores dessa reflexão foram *Gender Trouble*, de Judith Butler, e *Epistemology of the Closet*, de Eve Sedgwick, ainda que nenhum deles tenha usado o termo *queer* nesse contexto. Definir em algumas frases o que viria a ser o *queer* não é uma tarefa fácil, e a impossibilidade de fazê-lo é ressaltada por alguns dos seus principais propositores, como Sedgwick, que considera *queer* indefinível, instável. Como diversos conceitos pós-estruturalistas, o *queer*, afirma Salih num livro sobre Judith Butler, “não está preocupado com definição, fixidez ou estabilidade, mas é transitivo, múltiplo e avesso à assimilação” (Salih, 2012, p.19). Como mostram os textos deste dossiê, diversos são os sentidos atribuídos ao termo, em alguns casos até mesmo conflitantes, mas podemos dizer que um ponto unificador é a crítica ao binarismo e à noção de uma identidade essencializada.

Uma das principais referências teóricas é Foucault e a noção de poder concebido em termos múltiplos, difusos, produtivos. Mas Derrida e Lacan e o que ficou conhecido como *French theory*<sup>17</sup> também constituem referências importantes. Embora menos reconhecida, a feminista materialista Monique Wittig é considerada uma das referências-chave dessas teorizações, o que é reconhecido por autoras como Butler, Diana Fuss, Jagose e outras. Para Crowder, Wittig teria “antecipado a teoria *queer* no seu antiessencialismo, na sua recusa à assimilação, na sua ideia de proliferação das possibilidades sexuais e na sua ênfase na linguagem” (Crowder, 2002, p.17). Para Preciado, *La pensée straight* e os três volumes de *História da sexualidade* tornaram-se textos “canônicos” dos estudos *queer* (Preciado, 2002, p.183).

O *queer* propõe também uma nova forma de fazer política. Uma *práxis* que visa a subversão das identidades sexuais. Mas não se trata de uma abolição do gênero ou do sexo, como sugerido por diversas feministas, por exemplo as materialistas francesas, mas de *proliferação* de identidades, isto é, uma multiplicidade de prá-

17 “French theory é o produto de uma apropriação seletiva e de uma reelaboração de alguns círculos universitários americanos do pensamento de alguns intelectuais franceses que raramente são reagrupados dessa forma na França e que, na maioria dos casos, não aceitaria provavelmente essa designação: Jacques Lacan, Michel Foucault, Jacques Derrida, Jean Baudrillard, Gilles Deleuze, Jean-François Lyotard, Julia Kristeva, Roland Barthes” (Varikas, 1993).

tics e identidades sexuais que promovem uma subversão do sistema dominante fundado na binaridade e na heterossexualidade. Para Fraser,

o objetivo transformativo não é consolidar uma identidade gay, mas desconstruir a dicotomia homo-hétero de modo a desestabilizar todas as identidades sexuais. A questão não é dissolver toda a diferença sexual numa identidade humana única e universal; mas sim manter um campo sexual de diferenças múltiplas, não binárias, fluidas, sempre em movimento. (Fraser, 2006, p.237)

Essa proposta será criticada por algumas autoras feministas, como mostram Sophie Noyé e Jules Falquet nos textos que compõem este dossiê. Para Falquet, “a multiplicação de categorias embaralha novamente as cartas sem tocar na origem do problema: a hierarquização das categorias, que é intrinsecamente ligada à sua criação”. Às mesmas críticas feitas ao “pós-estruturalismo” como um todo se somam outras, que visavam particularmente a questão da performatividade e da reprodução de normas, sem necessariamente se preocupar em romper com elas. Cinzia Arruzza, em artigo que será publicado na segunda parte deste dossiê, defende que, nos trabalhos iniciais de Butler, isso seria consequência da maneira como ela importa a ideia de performatividade da Linguística.

Tais teorizações emergem em um contexto específico que são os Estados Unidos dos anos 1990 e em contraposição a uma certa forma de se conceber o sujeito nos estudos de gênero, estudos gays e lésbicos e na teoria feminista. Contrapõem-se também à hegemonia de uma certa forma de militância LGBTT, considerada como focada na assimilação e em conformação à heteronormatividade.<sup>18</sup>

Esse contexto é também marcado por um momento de recuo do marxismo. O *queer* surge num embate com o marxismo, como ressaltam Rebutini e outros autores do dossiê, cuja tendência a reduzir questões de gênero e de sexualidade a simples sintomas culturais de base econômica é criticada. O marxismo nesse momento foi associado a perspectivas ultrapassadas, reducionistas e economicistas, tornando-se alvo privilegiado de todas as críticas. Mas, como afirma Kevin Floyd, “o que antes era um saudável ceticismo *queer* perante a tradição marxista acabou por cristalizar-se em uma fobia automática e depreciativa”. Como frequentemente se vê quando se analisa história das ideias, uma teoria torna-se alvo de críticas, de forma muitas vezes caricatural, para mostrar a inovação de uma nova teoria que emerge. Nessa busca desenfreada pela “inovação”, faz-se muitas vezes tábula rasa do passado.

A emergência do conceito de interseccionalidade, do pós-colonial, da teoria *queer* e de outras perspectivas ou conceitos trouxe novas reflexões para o marxismo, que procurou se renovar para responder a novos desafios. Como procura

<sup>18</sup> Sobre esse debate, ver Louro (2001).

mostrar Sophie Noyé, a chegada dessas teorizações na França provoca uma polarização que se transforma num importante divisor de águas nesse país.

Na França, a chegada de um feminismo chamado de “pós-moderno” ou pós-estruturalista, assim como das teorias *queer*, foi alvo de forte oposição, particularmente por parte do feminismo materialista, que constitui uma corrente com grande influência naquele país. Muitos(as) se insurgem contra o que consideram ser um “abandono da análise das relações sociais concretas” e um privilégio a “aspectos simbólicos, discursivos e paródicos do gênero” (Mathieu, 2014a [1994], p.323) em detrimento da “realidade material e histórica da opressão à qual as mulheres estão submetidas” (Mathieu, 2014b [2000], p.29-30).

No Brasil, por razões que caberiam ser mais bem analisadas, predominam nos estudos de gênero referências anglófonas. O feminismo francês é pouco conhecido e traduzido fora do campo de estudos do trabalho e gênero, situação que começa a se transformar nos últimos anos. Não existiu o mesmo tipo de conflito, em parte porque se estabeleceu quase que uma divisão do trabalho acadêmico no qual determinados temas eram destinados aos marxistas e outros, como gênero e sexualidade, para os chamados “pós-modernos” ou “pós-estruturalistas”. Ainda que possa parecer quase caricatural, essa divisão está presente em muitas universidades do país. Cabe mencionar ainda que, diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos, não houve institucionalização de uma área de “estudos gays e lésbicos” assim como uma área de estudos *queer* (Carrara; Simões, 2007, p.76-77).

Pouco mais de dez anos após o momento fundador, David Halperin (2003) e outros autores já criticavam uma “normalização do *queer*”. É justamente nesse contexto que emerge o que alguns chamam de “segunda onda” *queer*, notadamente a partir dos anos 2000. Na bibliografia anglófona, evoca-se uma “virada (ou giro) materialista” ou uma “virada econômica”, referindo-se a diversos esforços para articular *queer* e materialismo, feminismo materialista e *queer* etc. Esse “renascimento” do marxismo/materialismo se constituiu, em grande medida, como resposta a determinadas perspectivas teóricas consideradas como pouco atentas às desigualdades de classe e aos aspectos materiais da dominação. Como exemplo dessa tendência, podemos citar marxistas *queers* como Alan Sears, Kevin Floyd, assim como o grupo Queer for Economic Justice. O debate está em curso e os seus contornos, assim como as perspectivas que compõem a diversidade de seu espectro, ainda indefinidos.

Especificamente em relação aos estudos de gênero, diversos debates sobre o “materialismo” tomaram corpo nos últimos anos. No contexto francês, seminários, ateliês, livros e números especiais de revistas indicam o interesse por esse tipo de debate. Em 2016, dois volumes do livro *Matérialismes, culture et communication* (Grajon, 2016; Cerveulle; Quemener; Vörös, 2016) foram publicados, um deles especificamente sobre os estudos culturais, teorias feministas e estudos decoloniais. Em outubro de 2016, um número especial da revista *Cahiers du Genre* sobre “feminismos materialistas” foi lançado e, no ano seguinte, a *Comment s'en Sortir*

publica um dossiê sobre “materialismos feministas”. Mas é necessário ressaltar que, por trás desse termo “unificador”, existem múltiplas conceituações e disputas do que viriam a ser o materialismo e o marxismo nesses debates.

No Brasil, algumas iniciativas têm buscado promover a aproximação entre a teoria marxista e os debates em torno da sexualidade. Pontuamos aqui o dossiê “Marxismo, sexualidade e gênero” do *site* *Marxismo21*, organizado por Rafael Dias Toitio, com contribuições de Douglas Santos Alves e Miguel Trujillo, assim como o dossiê “Marxismo e feminismo no debate de gênero e sexualidade” nos *Cadernos Cemarx*, organizado por Mariana Shinohara Roncato, Murillo van der Laan e Rafael Dias Toitio. Em relação a congressos e eventos científicos, destacamos o Colóquio Marx e Engels, que conta com o GT “Gênero, raça e sexualidade no capitalismo contemporâneo” e que teve, na sua última edição, realizada em 2018, uma sessão plenária sobre marxismo, gênero e sexualidade. No Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet), o GT “Relações de gênero, raciais e geracionais no trabalho”, coordenado por Hildete Pereira, Cristiane Soares e Bárbara Castro, teve, entre 2015 e 2017, três trabalhos que tratavam diretamente de sexualidade e trabalho. A IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais, ocorrida em 2018, contou com o GT “Feminismo, orientação sexual e movimentos de identidade de gênero”, coordenado por Maira Abreu (USP), Bárbara Castro (Unicamp), Rafael Dias Toitio (Unicamp) e Paula Varela (Conicet/UBA). Ao mesmo tempo, estudos sobre sexualidade e movimentos LGBTTT têm buscado incluir entre suas preocupações os marcadores de classe e raça, caso dos trabalhos citados acima, e também os de Isadora Lins França (2012) e Regina Facchini (2005) sobre o movimento LGBTTT. Não queremos, com isso, forçar a aproximação de agendas teóricas, mas indicar um acúmulo de trabalhos de base empírica que registram descrições e análises que produzem, de maneira ampla, encontros entre as temáticas de sexualidade e classe social. Essas pesquisas nos dão pistas sobre a inseparabilidade dessas categorias nas experiências sociais e lançam desafios para repensarmos teoricamente a forma como temos compreendido os encontros entre as categorias trabalho, classe, movimentos sociais e sexualidade.

Essas mudanças teóricas se inserem no contexto político dos anos 2000. Um primeiro elemento importante é a crise do neoliberalismo. Para Nancy Fraser, essa crise teria se imposto como “incontornável tela de fundo para toda tentativa séria de teorização crítica” (2012, p.310), em particular para o feminismo. Nos últimos anos, presencia-se um novo interesse pelas desigualdades sociais, acompanhado, em alguns casos, pela reapropriação de um referencial marxista, tanto nos “estudos de gênero” como nas teorias *queer* e nos estudos sobre sexualidade. Outro elemento é uma ascensão do movimento LGBTTT e também feminista, e uma presença, ainda tímida mas crescente, dos estudos de gênero na academia. Essa conjunção de fatores “impôs”, em certa medida, a incorporação de temas como neoliberalismo, crise e desigualdade de classe nos estudos de gênero e sexualidade e, por outro lado, instigou os marxistas e as organizações de esquerda

a responderem a certas demandas políticas e teóricas. As acaloradas discussões sobre o conceito de interseccionalidade e consubstancialidade neste momento são bons exemplos de tentativas de superar visões dicotômicas da realidade social e articular múltiplas formas de dominação.<sup>19</sup> Mas, como afirma Floyd, a ênfase na interdependência das opressões não pode apagar o elemento de contradição e sua capacidade libertadora.

As possíveis articulações entre marxismo, sexualidade, *queer* e feminismo são o tema deste dossiê, cuja primeira parte *Crítica Marxista* publica neste número. Não se trata de subestimar as divergências e os limites dessas aproximações, mas de abrir uma reflexão sobre o tema, com o objetivo de trazer diferentes posições para fomentar um debate ainda incipiente no Brasil. Como afirma Floyd (2013), quando se pensa na relação entre marxismo e *queer*, enfatizam-se frequentemente as divergências. Diversos autores, entre os quais alguns que compõem este dossiê, tentam justamente pensar as possíveis articulações. Trata-se de superar a diluição das relações de gênero e sexualidade nas relações de classe – ainda que essa seja uma crítica já datada – e o infindável debate sobre a “utilidade” da opressão feminina e da heterossexualidade para a continuidade do capitalismo. Vamos, finalmente, à apresentação dos textos.

**Gianfranco Rebutini**, italiano radicado em Paris, abre o dossiê com uma apresentação de alguns debates sobre *queer*, materialismo e modo de produção capitalista partindo do debate entre Butler e Fraser. Para o autor, a crítica de Butler ao marxismo ortodoxo teria iniciado um diálogo importante e abriu a possibilidade para uma “virada econômica *queer*”. Essa onda teve como influência os estudos pós-coloniais, mas também a tradição materialista do *Cultural Studies*. Reconstituindo alguns conceitos desse debate, ele procura mostrar que a noção de história, de matéria, entre outros, não é necessariamente a mesma para esses dois *corpus* teóricos. A chamada “segunda onda” do *queer* deixa de se interessar exclusivamente pela constituição “cultural” dos sujeitos para tematizar também as “relações econômicas da sexualidade”. Para Rebutini, se o capitalismo neoliberal transforma as subculturas *queer* e LGBT em mercadoria, isso não significa que estas deixam de ser desestabilizadoras para o capitalismo.

**Jules Falquet** retoma diversos conceitos fundamentais do feminismo materialista desenvolvidos na França – particularmente os conceitos de sexagem, apropriação privada e coletiva das mulheres, amálgama conjugal, pensamento *straight* – e teorizações lésbicas feministas decoloniais de Abya Yala para formular os conceitos de *vasos comunicantes* e de *combinatória straight*. Embora não seja o seu objetivo central, ela critica a teoria *queer* por eleger como foco a sexualidade e por seu objetivo político de multiplicar gêneros e/ou sexualidades. Para Falquet, a sexualidade não pode ser tomada de forma autônoma, fora de

19 Para um bom resumo desse debate, ver Hirata (2014).

um contexto histórico e social, sob o risco de ocultar relações sociais. A multiplicação de identidades, por sua vez, não provoca rupturas com o sistema que engendra desigualdades.

O texto de **Sophie Noyé** nos traz uma outra posição dentro do feminismo francês. Como procuramos mostrar, nos últimos vinte anos consolidou-se uma polarização entre feminismo materialista e “pós-modernismo/pós-estruturalismo/queer” no contexto francês. O objetivo do texto é romper essa oposição fazendo dialogar *queer* e feminismo materialista. Para a autora, não há uma oposição frontal entre essas duas perspectivas, sendo necessário mostrar mais as continuidades que as divergências, em particular no contexto de ascenso da oposição ao que na França ficou conhecido como “teoria do gênero” e de avanço do neoliberalismo. Noyé é de uma geração que, como ela própria define, “nutriu-se tanto da leitura das análises de Christine Delphy sobre o patriarcado quanto daquela dos ‘problemas de gênero’ de Judith Butler”. Em seu texto, ela traz reflexões recentes que procuram articular o pensamento *queer* com o pensamento materialista ou marxista, isto é, autores associados à chamada “virada econômica” ou “materialista”. Para promover esse debate, ela parte de alguns conceitos-chave, entre eles o de reificação e totalidade. Para a autora, a virada econômica *queer* não só representa uma radicalização da perspectiva *queer*, como também a aproxima do feminismo materialista ao enfatizar a construção discursiva das subjetividades sexuais e de gênero, mas também sua construção social e econômica.

Esperamos que os textos contribuam para o renovado interesse do campo marxista no tema da sexualidade, do feminismo pós-estruturalista e/ou da teoria *queer*. Não buscamos defender uma linha teórica, mas sim apontar para agendas de pesquisa e possibilidades de reflexão. Que o atual movimento de aproximação entre esses diferentes campos teóricos seja marcado por um diálogo respeitoso e produtivo. Boa leitura!

### Referências bibliográficas

- ABREU, Maira. Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.26, n.3, set. 2018.
- ALCOFF, Linda. Cultural Feminism versus Post-Structuralism: the Identity Crisis in Feminist Theory. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v.13, n.3, 1988.
- ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BIDET-MORDREL, Annie; GALERAND, Elsa; KERGOAT, Danièle. Analyse critique et féminismes matérialistes: travail, sexualité(s), culture. *Cahiers du Genre*, v.3, n.4, 2016, p.5-27.
- BOZON, Michel. Fourier, le *Nouveau Monde Amoureux* et mai 1968: politique des passions, égalité des sexes et science sociale. *Clio: Histoire, Femmes et Sociétés*, n.22, 2005, p.123-149.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.11, 1998, p.11-42. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457/2381>>. Acesso em: 31 ago. 2018.
- BUTLER, Judith; BRETAS, Aléxia. Meramente cultural. *Ideias*, Campinas, v.7, n.2, p.227-248, mar. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649503>>. Acesso em: 1º set. 2018.
- CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.28, p.65-99, jan./jun. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332007000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 1º set. 2018. doi: [dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100005](https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100005).
- CERVULLE, Maxime; QUEMENER, Nelly; VÖRÖS, Florian (orgs.). *Matérialismes, culture & communication*. t.2. Paris: Presses des Mines, 2016 (col. “Matérialismes”).
- COSTA, Albertina. É viável um feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B. (orgs.). *O feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.
- CROWDER, Diane Griffin. De la pensée straight à la théorie queer: implications pour un mouvement politique. In: BOURCIER, Marie-Hélène; ROBICHON, Suzette (eds.). *Parce que les lesbiennes ne sont pas des femmes: autour de l’oeuvre politique, théorique et littéraire de Monique Wittig*. Paris: Éditions Gaies et Lesbiennes, 2002. p.163-177.
- DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- DE LAURETIS, Teresa. *Théorie queer et cultures populaires: de Foucault à Cronenberg*. Paris: La Dispute, 2007 (col. “Mouvements de Société”).
- EFREM FILHO, Roberto. *Mata-Mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território*. Campinas, 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Unicamp.
- FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um estudo da revolução feminista*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.
- FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p.217-250.
- FLOYD, Kevin. *La réification du désir: vers un marxisme queer*. Paris: Éditions Amsterdam, 2013.
- FRANÇA, Isadora Lins. *Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo*. 1.ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Trad. Júlio Assis Simões. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v.15, n.14-15, jan./dez. 2006.
- \_\_\_\_\_. *Le féminisme en mouvements: des années 1960 à l’ère néolibérale*. Paris: La Découverte, 2012.

- FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 [1974].
- GALERAND, Elsa; KERGOAT, Danièle. Les apports de la sociologie du genre à la critique du travail. *La Nouvelle Revue du Travail*, n.4, 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/nrt/1533>>. Acesso em: 1º set. 2018. doi: 10.4000/nrt.1533
- GIAMI, Alain. Misère, répression et libération sexuelles. *Mouvements*, v.20, n.2, 2002, p.23-29.
- GIRARD, Gabriel. Homossexualités. In: ARTOUS, Antoine et al. *La France des années 1968*. Paris: Syllepse, 2008.
- GRAJON, Fabien (org.). *Matérialismes, culture et communication: marxismes, théorie et sociologie critiques*. t.1. Paris: Presses des Mines, 2016.
- GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- HALL, Stuart. The Problem of Ideology: Marxism without Guarantees [1983]. In: MORLEY, David; KUAN-HSING, Chen (eds.). *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies*. Londres: Routledge, 1996.
- HALPERIN, David M. The Normalization of Queer Theory. *Journal of Homosexuality*, v.45, n.2-4, 2003, p.339-343.
- HEINEN, Jacqueline. De la 1<sup>ère</sup> à la 3<sup>ème</sup> Internationale, la question des femmes. *Critique Communiste*, 1978, p.109-181.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v.26, n.1, 2014, p.61-73. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>>. Acesso em: 27 set. 2018.
- HOLANDA, Heloísa Buarque. Introdução. Feminismo em tempos pós-modernos. In: *Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura*, Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.9, n.2, 2001, p.541-553. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2001000200012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200012&lng=en&nrm=iso)>. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>.
- MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da "abertura"*. Campinas: Editora Unicamp, 1990.
- MANTEGA, Guido (org.). *Sexo e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MATHIEU, Nicole-Claude. Dérive du genre/stabilité des sexes. In: *L'anatomie politique 2: usage, dérélition et résilience des femmes*. Paris: La Dispute, 2014a [1.ed. 1994] (col. "Le Genre du Monde"). p.321-336.
- \_\_\_\_\_. Sexe et genre. In: *L'anatomie politique 2: usage, dérélition et résilience des femmes*. Paris: La Dispute, 2014b [1.ed. 2000] (col. "Le Genre du Monde"). p.23-31.
- MILLET, Kate. *La politique du mâle*. Paris: Stock, 1971.
- MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n.14, 1967.
- MISKOLCI, Richard; SIMÕES, Júlio Assis. Apresentação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.28, jan./jun. 2007, p.9-18.

- MORAES, João Quartim de. O campo socialista e a revolução sexual. In: MANTEGA, Guido (org.). *Sexo e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MORAES, Maria Lygia. *A experiência feminista dos anos setenta*. Araraquara: Editora Unesp, 1990.
- MÖSER, Cornelia. *Féminismes en traductions: théories voyageuses et traductions culturelles*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 2013.
- PERROT, Michele. *As mulheres e os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.
- PICQ, Françoise. *Libération des femmes, quarante ans de mouvement*. Paris: Dialogues, 2011.
- PRECIADO, Beatriz. *Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual*. Madri: Ópera Prima, 2002 (col. "Pensamiento").
- PROCHASSON, Christophe. La Gauche, les mœurs et la morale. In: BECKER, Jean-Jacques; CANDAR, Gilles (orgs.). *Histoire des gauches en France*. Paris: La Découverte, 2005. p.666-683.
- ROWBOTHAM, Sheila; SEGAL, Lynne; WAINWRIGHT, Hilary. *Além dos fragmentos: o feminismo e a construção do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. Tráfico sexual: entrevista. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.21, 2003, p.157-209.
- SALIH, Sara. *Judith Butler e a teoria queer*. Trad. e notas Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, v.12, n.2, 2004.
- SEDGWICK, Eve. *Epistemology of the Closet*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- SIMÕES, Júlio Assis. Prefácio. In: FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- \_\_\_\_\_; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.
- TAMAGNE, Florence. La ligue mondiale pour la réforme sexuelle: la science au service de l'émancipation sexuelle? *Clio: Histoire, Femmes et Sociétés*, n.22, 2005, p.101-121.
- TELLES, Maria Amélia. *Breve história do feminismo no Brasil: e outros ensaios*. São Paulo: Alameda, 2017.
- VARIKAS, Eleni. Féminisme, modernité, postmodernisme: pour un dialogue des deux cotés de l'océan. In: *Féminismes au présent, Futur Antérieur* (supplément). Paris: L'Harmattan, 1993.
- WALBY, Sylvia. Postpostmodernisme? Théoriser la complexité sociale. *Cahiers du Genre*, v.3, n.4, 2016, p.53-72.
- WEEKS, Jeffrey; ROWBOTHAM, Sheila. *Dos pioneros de la liberación sexual: Edward Carpenter y Havelock Ellis. Homosexualidad, feminismo y socialismo*. Barcelona: Anagrama, 1978.
- WITTIG, Monique. On ne naît pas femme. *Questions Féministes*, n.8, maio 1980, p.83.